

BREVE CARTOGRAFIA DAS LUTAS TERRITORIAIS EM BELO HORIZONTE

Bernardo Neves
INDISCIPLINAR UFMG

Luís Henrique Marques
INDISCIPLINAR UFMG

Marília Pimenta
INDISCIPLINAR UFMG

Marcela Brandão
INDISCIPLINAR UFMG

Natacha Rena
INDISCIPLINAR UFMG

Este texto se apresenta como sistematização de um processo longo de investigação coletiva e colaborativa, mapeia diversas lutas urbanas presentes em Belo Horizonte e busca abranger um cenário amplo e heterogêneo dos conflitos territoriais e suas respectivas pautas.

Na intenção de gerar um recorte, optou-se por uma tipificação por temas, a fim de englobar, mesmo que de maneira sintética, conjuntos de lutas aglutinadas em torno de pautas específicas: moradia, meio ambiente, patrimônio e cultura, mobilidade urbana.

Na tentativa de compor eixos transversais para o levantamento das lutas urbanas, buscou-se transitar entre essas tipificações e outros denominadores mais ou menos comuns, visto que muitas dessas lutas sistematicamente se reorganizam em função de uma grande capacidade de metamorfose de contaminação. Tais transformações promovem hibridações que acabam por potencializar as resistências, na medida em que envolvem um número muito maior de atores — militantes e ativistas, partidos políticos, defensoria pública, universidades, ocupas, organizações, coletivos de arte —, rompendo com a lógica de que um movimento ou uma luta específica detém um campo delimitado de poder e ação. Sabe-se que essa capacidade de se reagrupar de forma rizomática também faz parte da condição de enxame, responsável pela potencialização de redes e de mobilizações em momentos críticos, marcados pelo avanço do Estado-capital em algum território urbano, como nos casos de reintegração de posse de ocupações, de extermínio de áreas verdes para construção de edificações ou de ocupações culturais.

Ressalta-se que essas lutas urbanas se expandiram principalmente nas metrópoles brasileiras, se antagonizando com as gestões neoliberais adotadas na produção do espaço pelo Estado-capital, em procedimentos de urbanização privatistas, e em sua maioria, financeirizados. Diversos instrumentos de regulação urbanística induziram a uma crescente apropriação da coisa pública pelo privado. Das muitas flexibilizações e (des)regulações propostas pelo Estado-capital, como as várias formas de PPPs surgiram resistências, fortalecendo em várias partes do país novas organizações centradas justamente na defesa dos bens comuns e dos espaços públicos. Grupos ativistas que emergiram destas lutas urbanas reivindicaram e reivindicam, sobretudo, a cidade como valor de uso, negando a ideia do público como propriedade do Estado, o que reflete claramente no retorno dos comuns como pauta política de grande parte das resistências urbanas.

Destaca-se que os movimentos sociais mais contemporâneos, envolvidos em múltiplos formatos de ativismos, têm uma relação de intensidade no campo das lutas e, assim, graus de atividade em atuação tecnopolítica nas ruas e/ou nas redes sociais, que variam constantemente, resultando em configurações e reconfigurações que se transformam cotidianamente. Em geral, estes movimentos ganharam potência nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Alguns deles se desterritorializaram do campo das resistências não-institucionalizadas ao longo dos últimos anos (2014 a 2017) e se reterritorializaram em novos formatos institucionais, compondo com partidos políticos, por exemplo, para uma atuação em campos de disputa institucional específica, abrindo um novo universo para o novo ciclo de lutas.

Além dos novos temas, estes novos ativismos também introduziram práticas de organização e mobilização tecnopolíticas que incluíram, por exemplo, modelos mais horizontais de participação e decisão. A recusa às formas clássicas de representação e organização partidária, que eram destaque durante e pós Jornadas de Junho de 2013, veio aliada a novos e múltiplos dispositivos de luta envolvendo redes e ruas, incluindo fortemente novas táticas e estratégias comunicativas, agregando uma dimensão de experimentação e prototipagem de novas maneiras de ocupar e resistir nas cidades. Vale a pena ressaltar que diversos coletivos, envolvendo os movimentos sociais contemporâneos – ambientais, por habitação, culturais –, surgem como ativismos que se organizam trazendo novas possibilidades de participar nas definições sobre o destino das cidades. Essas novas formas de resistência urbana, em geral contra grandes projetos ou em defesa de bens comuns da cidade, apontam para outras lógicas de produção das cidades e da vida em comum e para outras maneiras de se pensar uma agenda capaz de avançar o ciclo democrático e popular trazido pela Reforma Urbana.

CARTOGRAFIAS EMERGENTES DAS LUTAS URBANAS EM BELO HORIZONTE

Como já mencionado, a fim de elaborar um roteiro para o mapeamento das lutas urbanas, foram elencadas cinco temáticas (ou tipificações)¹: Habitação, Meio Ambiente, Patrimônio Histórico, Cultura e Mobilidade Urbana. Para cada temática, buscou-se identificar os dispositivos de mobilização social e os locais onde cada uma delas se faz mais presente e disputa territórios no município de Belo Horizonte.

Na intenção de compreender a cultura política das lutas territoriais analisadas, foram reunidos, catalogados e analisados notas, textos e discursos produzidos em dispositivos de comunicação das próprias lutas, o que veio a se chamar léxico das lutas². Todo material investigado que compõe este léxico foi levantado nos blogs, sites e fanpages das lutas, portanto, conteúdo público e postado pelos próprios movimentos e mobilizações. Não se trata, portanto, de selecionar as principais lutas, mas de recolher da multiplicidade de discursos as pautas e modos mais recorrentes, logo, centrais nas lutas territoriais.

Percebe-se que essas formulações e imaginários simbólicos, presentes em suas práticas midiáticas e discursivas, são cruciais para a mobilização das afetividades, para a organização dos movimentos que tomam frente das lutas em cada tipologia e para as formulações de redes de movimentos. Para trazer uma imagem do léxico das lutas levantado até aqui, produzimos “nuvens de

palavras”³ referentes a cada agrupamento tipológico.

Quanto à dimensão espacial dessas lutas, foi feita uma diagramação por meio de mapas, com o objetivo não de localizar ou de georreferenciar as insurgências no tecido urbano, e sim de possibilitar a visualização do território que a sociedade civil mobilizada está disputando. Portanto, a localização não é exata, tem caráter quase indefinido, muitas vezes demonstrando apenas manchas e aglomerações em alguns territórios.

No caso específico de Belo Horizonte, a opção por essas estratégias de mapeamentos permitiu a visualização das lutas e dos movimentos na tessitura do próprio território urbano (que em alguns casos, avançam sobre a Região Metropolitana da cidade), nas articulações da *web* e nos discursos das mídias. Desse modo, as análises apresentadas foram produzidas a partir das ações situadas dos sujeitos coletivos (movimentos, mobilizações, ONGs, conselhos participativos, organizações comunitárias, organizações políticas, coletivos, etc.) e também a partir dos eventos territorializados sob o recorte temático, o que permitiu constatar a variedade de modos adotados e construídos por cada movimento de luta específico para lidar com questões análogas e transversais.

Segundo Scherer-Warren (2008), o potencial de formulação de redes de movimentos sociais está diretamente ligado aos processos de traduções das demandas materiais (carências e desamparos) em representações simbólicas. Essas traduções funcionam como formulações linguísticas e estabelecem marcos simbólicos de identidades coletivas endereçados a cada sujeito específico das lutas urbanas, conformando possibilidades de convergências das pautas políticas e constituindo pautas comuns entre os diversos agentes sociais envolvidos nas lutas. Este mesmo mecanismo pode ser observado na adesão de um coletivo à determinada questão política ou social que pode partir de um único indivíduo ou coletivo menor.

(...) para se entender o potencial de formação de redes de movimentos, é necessário buscar os nexos que os atores políticos organizados constroem entre as demandas materiais ou as privações no cotidiano e o sentido subjetivo dessas privações, traduzindo esses nexos em formas expressivas, comunicativas e em pautas políticas comuns a várias organizações, criando identidades coletivas que possibilitam a articulação dos movimentos específicos numa rede de movimentos sociais.

— SCHERER-WARREN, 2008, p. 507.

A tradução das demandas materiais em representações é um importante ponto de inflexão, visto que lutas distintas que disputam objetos análogos podem tomar rumos e modos operacionais completamente distintos, e até mesmo antagônicos. São as opções estético-políticas que designarão o potencial de formação de parcerias e redes de movimentos. *Modus* e pautas correlatas entre movimentos e mobilizações distintas não são apenas coincidência ou necessariamente resultantes das traduções simbólicas das mazelas sociais, mas pontos importantes para o estabelecimento de narrativas e agendas comuns entre os participantes de uma mesma rede. Este grande movimento de reagrupamento de movimentos e partidos em grandes redes pode, inclusive, ser observado na construção de duas grandes frentes de mobilização (nas redes e ruas) das esquerdas atuantes no Brasil nos dias atuais: a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. Ou seja, destaca-se que as

O léxico das lutas é um dossiê no qual os autores deste artigo vêm reunindo ao longo dos últimos meses contendo diversas produções textuais dos movimentos, mobilizações e lutas, a fim de produzir um panorama das formulações ideológicas, subjetivas e singulares de cada tipologia, mesmo que dentro de cada grupo ou tipificação as lutas territoriais sejam formadas por coletivos ou movimentos sociais com diferentes posicionamentos políticos, táticos e/ou estratégicos. A seleção destes textos visa incorporar o maior número possível de movimentos e mobilizações no interior de cada tipificação, recolhendo assim um escopo ampliado dos debates em torno de cada tipologia.

As nuvens de palavras foram produzidas a partir dos respectivos léxicos das lutas. O processo de obtenção das nuvens consiste na aglutinação de palavras a partir do número de vezes que elas aparecem nos léxicos, quanto mais as palavras aparecem no léxico, maiores na imagem. O software utilizado para sua elaboração (wordart.com) permite que se retirem palavras sem representatividade para os léxicos, como “que”, “para”, “isso”, e que se aglutinem termos análogos como “cultura” e “cultural” para que se revelassem com maior assertividade apenas os termos relevantes para a leitura do ideário dos movimentos. O resultado é uma imagem, superficial, mas reveladora, dos termos gerais utilizados em cada tipologia.

1

As cinco tipificações das lutas foram debatidas em encontros entre os pesquisadores dos laboratórios e pesquisadores envolvidos no projeto, com o objetivo de permitir uma futura análise comparativa entre os processos de disputas territoriais entre as três cidades envolvidas.



Lutas territoriais em Belo Horizonte e Região Metropolitana. [INDISCIPLINAR]

grandes redes têm sido também um importante catalisador dos processos de contaminações e hibridações das lutas partidárias, militantes e ativistas, inclusive a nível nacional.

Como já apontamos no texto anterior, o avanço das lutas territoriais se realiza principalmente em função dos processos de hibridações que envolvem seus modelos operacionais mais gerais e tecnopolíticos, suas táticas, estratégias e objetivos, e suas filiações ideológicas. Como veremos nos casos cartografados adiante, tais processos ocorrem com maior intensidade no interior das redes.

Importante ressaltar que a diferenciação entre militância e ativismo não pretende resultar em uma categorização fixa das lutas contemporâneas. Interessa-nos tanto qualificar as estratégias usadas pelas lutas por meio dos agenciamentos coletivos voltados à produção de subjetividade e à dimensão espacial, quanto localizar as tangências e as diferenças entre as lutas atuais de pautas distintas.

Vejamos mais detalhadamente as questões que circundam cada uma das tipologias/tipificações de lutas territoriais.

HABITAÇÃO. Em Belo Horizonte as lutas por habitação se dão principalmente pela estratégia da ocupação, comumente acompanhadas de movimentos sociais e organizações políticas que realizam trabalhos de base. Tais movimentos e organizações são, em geral, estruturados de forma vertical, são autogestionados e auto-organizados, possuem abrangência nacional, incluem a formulação de projetos de Estado-nação de longo prazo e possuem regimentos

internos, linhas políticas e estratégias de permanência nos territórios. A fim de garantir sua organicidade e sua abrangência e visando o agenciamento entre direção e democracia no interior de suas estruturas, esses movimentos buscam organizar suas ações por meio de um centralismo democrático. Por seu histórico prolongado, demanda quase universal no território nacional, e incidência no poder público, somamos coro à Maria da Glória Gohn quando afirma que: “No que diz respeito aos movimentos populares urbanos, a luta pela habitação continua a ser a mais importante no Brasil e em outros países da América Latina” (GOHN, 2017, p. 625, tradução nossa).

Outra característica dos movimentos se refere à importância dada ao acesso à terra urbana em função do entendimento de que é na terra que se formulam as alternativas às infraestruturas habitacionais e urbanas convencionais, inacessíveis às famílias ocupantes. Este mecanismo de resistência prolongada avança principalmente por meio da autoconstrução das casas e da produção de infraestruturas coletivas, como creches, centros comunitários, cursinhos pré-vestibulares etc., visando inclusive a sua afirmação e sua legitimação política diante do Estado e da sociedade.

A produção das ocupações e comunidades reformulam constantemente os vínculos comunitários entre moradia e subsistência. Este processo é acompanhado pela formação de redes locais, de escala metropolitana, com articulação entre movimentos diversos, sindicatos, gabinetes de vereadores, ONGs, fundações, laboratórios e grupos de pesquisa. Mais recentemente, a formação de redes de ativismo e mobilização vai tomando escala nacional articulando-se, inclusive, com as duas grandes frentes de esquerda do país.

As organizações locais, regionais e nacionais são de importância fundamental, tendo em vista os processos de resistência às ações policiais de despejo, e, conseqüentemente, a necessidade de um amplo repertório tecnopolítico, inclusive, no que se refere à defesa jurídica e à formulação e acionamento das redes de apoio, sem as quais as ocupações urbanas ficariam ainda mais vulneráveis às ações de reintegração de posse.

Segundo um recente relatório produzido pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG, a Região Metropolitana de Belo Horizonte possui 24 ocupações urbanas ⁴, contabilizando um total de 14.269 famílias ⁵ (LIBÂNIO, MORADO NASCIMENTO, 2016), o que reafirma a hipótese de que a autoconstrução, sob a precária condição de ocupação urbana, assume uma escala de política pública. Várias dessas ocupações contam com o acompanhamento de movimentos sociais militantes que exercem uma agenda política no seu cotidiano, produzindo um eixo de luta que vai além do acesso à propriedade privada. Ao mesmo tempo em que estas ocupações constroem territórios vivos, com subjetividades e modos próprios de produzir cidade, elas podem ser entendidas como resultado do conflito de classes e do conflito institucional entre o direito constitucional à moradia e o direito à propriedade privada.

Os discursos das lutas por moradia são calcados na unidade do núcleo familiar e no cumprimento do direito constitucional via função social da propriedade. As narrativas de luta trazem à tona tanto o entendimento que as ocupações urbanas se apresentam como solução popular para o enfrentamento do déficit habitacional, quanto os antagonismos vividos pelos moradores como

“As ocupações urbanas referem-se às ações de famílias em luta pela moradia, apoiadas por atores sociais coletivos, como movimentos sociais, entidades de direitos humanos, grupos de pesquisa de universidades” (LIBÂNIO, MORADO NASCIMENTO, 2016, p. 06).

De acordo com o Censo Demográfico 2010, cada lar brasileiro conta com 3,3 moradores em média. Em 2000 a média era consideravelmente maior: 3,8 moradores (IBGE, 2010). Tendo em vista que número de habitantes das ocupações é impreciso, esta conversão é apenas válida a título de leitura proporcional. Convertendo as 14.269 famílias para número de pessoas, chegamos em uma população entre 47.000 e 54.200 moradores de ocupação, algo da ordem de 1% dos 5.870.000 habitantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (IBGE, 2016).

o despejo, a humilhação, a pobreza, o aluguel e a moradia de favor, contornadas por termos como resistências, sobrevivência e luta.

A vida coletivizada nas ocupações urbanas, organizadas ou não por movimentos sociais, têm o desafio de formular modos de vida em torno de uma situação emergencial, inclusive no que tange a gestão do espaço coletivo, o que implica, em alguma medida, em produzir cidade sem saneamento, sem abastecimento de água e luz, sem transporte público, sem pavimentação ou equipamentos urbanos, enfim, sem o apoio do Estado. A ocupação é rapidamente edificada em barracos de madeira e materiais improvisados, gradativamente transformados em casas de alvenaria cerâmica, através do processo de autoconstrução mutirante ou por mão de obra contratada, aos fins de tarde e finais de semana, operacionalizada com baixos recursos provenientes da própria força de trabalho coletivo.

A este esforço coletivo de autoconstrução, Sérgio Ferro (1969) atribui um valor de uso social. Segundo Ferro, a autoconstrução enquanto prática imposta pela economia política nacional, mesmo enquanto propriedade privada, atinge função de valor social por sua necessidade universal de classe, por ser uma prática de interesse social a habitação autoconstruída seria, conseqüentemente, um objeto de valor social. Sob perspectiva diametralmente oposta, Chico de Oliveira (2006) observa a comunidade que se estabelece em torno da autoconstrução como ilusória, sustentada apenas durante o processo de construção como modo de obrigar cada envolvido a doar sua força de trabalho em um processo de "inclusão por exclusão" (AGAMBEN *apud* OLIVEIRA, 2006). Oliveira argumenta que os critérios de seleção dos participantes do mutirão são a

necessidade e a disponibilidade de horas de trabalho que cada autoconstrutor poderá doar ao processo, o que significa que tal sistema privilegia os desempregados, e que, portanto, a prática do mutirão não poderia ser assumida como política pública.

O que se vê nas ocupações urbanas de Belo Horizonte é que tanto Chico de Oliveira quanto Sérgio Ferro continuam atuais, tendo em vista que nos territórios ocupados há um imaginário ainda muito impregnado pelo ideal da casa própria, resultante da pouca ou nenhuma discussão sobre o direito à cidade e o direito moradia, ou mesmo propriedade coletiva ou locação social. Além disso, as disputas territoriais aparecem também por meio dos pequenos especuladores imobiliários e do tráfico de drogas, que enxergam ali suas oportunidades de fazer negócio sem a fiscalização e o controle do poder público.

Entretanto, é importante ressaltar que tais conflitos são aumentados quando não há a presença de lideranças comunitárias fortes e/ou a participação de movimentos sociais organizados em torno da luta por moradia. Diante do vazio criado pela ausência do Estado nesses territórios, tais lideranças associadas ou não aos movimentos têm um papel decisivo na mediação dos conflitos ou na promoção de melhorias urbanas para o território ocupado. A associação dessas lideranças com movimentos sociais organizados minimiza a vulnerabilidade das ocupações em relação às possíveis arbitrariedades do poder público, como despejos ilegais e violentos, e a negociação com o Estado para a legitimidade do território ocupado, sua regularização fundiária e possível urbanização.

Podemos dizer que as lutas atuais pela moradia carregam semelhanças com as lutas pela reforma urbana da década de 1980, no que diz respeito, por

Disponível em:
<naturezaurbana.
indisciplinar.com/
o-parque-jardim-america>.
Acesso em: nov. 2017.

Disponível em:
<facebook.com/ficaficus>.
Acesso em: nov. 2017.



Lutas territoriais na RMBH - Habitação. [INDISCIPLINAR]



Nuvem de palavras Habitação. [INDISCIPLINAR]

exemplo, à sua forma de organização mais verticalizada. O mesmo pode ser dito na sua relação com a luta de classe, visto que a grande parte dos envolvidos nessas lutas são pobres, cujo direito à moradia e o direito ao acesso à cidade não lhes foi franqueado. Ainda que articulados por vieses organizativos clássicos, os movimentos por habitação mantêm afinidades com as estratégias ativistas, no que se refere ao uso das redes sociais, com a criação de páginas para cada nova ocupação urbana, de eventos e de transmissão ao vivo de vários momentos importantes para o movimento.

MEIO AMBIENTE. As lutas ambientalistas pela permanência dos verdes urbanos em Belo Horizonte são, em sua maioria, lutas de bairro na defesa das áreas verdes locais. A territorialidade dessas lutas está diretamente vinculada à noção de vizinhança, visto que essas áreas fazem parte de seu contexto de vida cotidiana, diretamente relacionado às memórias, afetos e desdobramentos de paisagem, como ambiência, clima, o uso e o comportamento no espaço.

Esses movimentos têm objetivos pontuais e específicos, lutam contra cortes e derrubadas de árvores, se opõem a construção de empreendimentos imobiliários ou outros fins associados ao avanço do capital sobre os territórios. O Parque Jardim América, por exemplo, luta em defesa de uma área de 22.000 m² de mata nativa, ameaçada por projeto de uma edificação de uso misto configurado por duas torres de 23 andares ⁶. Por sua vez, o movimento Fica Ficus 7 surgiu a partir da decisão da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) pela derrubada de dezenas de árvores centenárias da espécie *Ficus benjamina* em área central da cidade a partir do argumento de que estavam sendo atacadas por pragas.

Do ponto de vista das organizações, as lutas ambientais têm em Belo Horizonte estruturas horizontais, desvinculadas de partidos, sindicatos e organizações políticas, sem posicionamentos claros à esquerda ou à direita. Comumente mantêm em suas redes de articulação as associações de bairros, grupos de pesquisa de universidades e o Ministério Público. Já do ponto de vista da práxis política, os movimentos atuam basicamente em duas frentes, luta na esfera judicial - via apelação e ação civil pública -, e manifestações populares - via conscientização da população sobre a importância de preservar as áreas verdes, ocupações culturais, produção de material gráfico, fanpage, camisas etc.

Até meados de 2014, tratavam-se de lutas isoladas - além do Parque Jardim América e Fica Ficus, também o Salve a Mata do Planalto ⁸, Salve Serra do Gandarela ⁹ e Parque Lagoa Seca -, que, naquele ano, encontraram um denominador comum: o Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PELO) nº 7/2014. Tal projeto propunha mudanças nas regras de ocupação das áreas verdes da cidade, com a instalação de equipamentos públicos em praças, parques, reservas ecológicas, ou seja, em espaços tombados, nos quais, até então, era proibida qualquer construção, configurando claramente um processo de flexibilização da legislação urbana, voltada à ampliação do capital imobiliário sobre os comuns urbanos. Diante da ameaça, criou-se em Belo Horizonte a Rede Verde, uma teia de lutas pela preservação do ambiente natural (RENA; MAIA; MENDES, 2015).

A partir da parceria entre a Rede Verde e o grupo Indisciplinar, ampliou-se o processo de hibridação das lutas ambientalistas com lutas urbanas de outras naturezas, como lutas culturais e identitárias, e uma das resultantes desse processo foi a criação do bloco de carnaval Parque JA ¹⁰, que surge como mais



Lutas territoriais na RMBH - Meio Ambiente. [INDISCIPLINAR]

< IV



Nuvem de palavras Meio Ambiente. [INDISCIPLINAR]

< V

uma tecnopolítica performática do movimento Parque Jardim América. O fortalecimento da rede permitiu a sua inserção no processo de criação do Novo Plano Diretor e uma aproximação das esferas institucionais para pressionar a PBH e o Governo do Estado a apoiarem as pautas do grupo. Com a formulação da Rede Verde foi possível também desenvolver e divulgar novas tecnopolíticas, dividir tarefas, produzir agendas coletivas, e, por fim, construir narrativas e objetivos comuns que potencializam as lutas ambientalistas, inicialmente isoladas em Belo Horizonte.

Observa-se que os termos das lutas ambientais giram em torno da qualidade de vida urbana, saúde e preservação ambiental. A proposta de “criação de um parque” é bastante recorrente. São lutas multiclassistas, que objetivam manter determinadas características de territórios específicos, sem grandes propostas de transformação social. Expressam antagonismos em relação às licenças ambientais, mineradoras, construtoras e seus produtos: *shoppings*, instituições, condomínios fechados, entre outros. São movimentos marcadamente de classe média que lutam pela manutenção de certo *status quo* social e ambiental.

Em fevereiro de 2016, a convite do Indisciplinar, por meio do evento “Natureza Urbana e produção do comum – VAC 2016”, a Rede Verde apresentou suas lutas e trocou experiências com movimentos culturais – Ocupe Estelita de Recife (PE) e o movimento de ocupação cultural Espaço Comum Luiz Estrela, e com movimentos de luta pela moradia – Ocupação Eliana Silva. O projeto do Parque das Ocupações foi um importante desdobramento desse encontro. Parque das Ocupações foi um importante desdobramento desse encontro.

O projeto Parque das Ocupações¹¹ consiste em uma proposta, ainda em discussão, de implantação de um parque na região das ocupações urbanas na região do Barreiro (ocupações Paulo Freire, Irmã Dorothy, Camilo Torres, Horta, Nelson Mandela, Eliana Silva), em Belo Horizonte. Ele surgiu como estratégia de contra-narrativa ao discurso hegemônico, que, de maneira recorrente, coloca em lados opostos a pauta da moradia para a população pobre e a pauta ambiental, criminalizando a primeira em detrimento da segunda. Desse modo, o grupo Indisciplinar, atuando como um dos atores na rede das lutas, lançou a proposta à coordenação de duas das ocupações da região organizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB/MG), e desenvolveu projeto urbanístico e paisagístico, buscando articular, de maneira indissociável, a área de preservação ambiental com as construções existentes ali. Tal projeto foi desenvolvido a partir de discussões e de mapeamentos com vários moradores, e, atualmente, está funcionando como instrumento político de negociação junto aos órgãos competentes, que visa tanto a regularização fundiária, quanto a urbanização das ocupações, como a recuperação de nascentes presentes na área. Não se trata, pois, de uma luta ativista ou militante, que tenha promovido mobilizações nas redes ou nas ruas, mas de uma estratégia acordada e planejada entre movimento social e academia.

PATRIMÔNIO. As lutas em torno do patrimônio histórico e cultural estão alicerçadas no conceito de “patrimônio insurgente” (CASTRIOTA; BRAGA, 2016), onde o tombamento histórico ou o apelo ao valor cultural de determinado bem edificado ou imaterial (cultural) se manifestam como principal tecnopolítica na

defesa dos comuns locais. Este mecanismo vem sendo utilizado por movimentos de permanência nos edifícios ocupados ou por vizinhanças que reivindicam a manutenção de determinadas características dos bairros, como ocorre na maioria dos casos de luta pelos verdes urbanos. O patrimônio insurgente é uma novidade no contexto das lutas urbanas em Belo Horizonte, não apenas do ponto de vista temporal – tendo ocorrido no ano de 2013 seus primeiros expoentes no circuito de lutas aqui analisado –, mas por ser uma tecnopolítica ainda pouco utilizada e por ser, como veremos, fruto de um processo de hibridações de diversas agendas e atores políticos.

Os casos da Fábrica de Pregos São Lucas e do Mercado Distrital de Santa Tereza são exemplares para a compreensão do que seja patrimônio insurgente. O Bairro de Santa Tereza, fundado em 1896, é repleto de simbolismos culturais e históricos de forte identidade territorial. Foi em defesa destas características e de uma ambiência interiorana que seus moradores fundaram, em meados dos anos 1990, o Movimento Salve Santa Tereza. Por influência do movimento, no Plano Diretor Municipal de 1996 (ainda vigente) foi criada a Área de Diretrizes Especiais (ADE) de Santa Tereza, com o intuito de preservar a paisagem e usos ali presentes. Entretanto, os limites do bairro não coincidem inteiramente com o perímetro do instrumento e a área fora da demarcação da ADE tornou-se alvo de disputa desde 2013. Naquele ano foi anunciada a construção da “maior torre da América Latina” sobre esse território, com a conseqüente demolição da antiga Fábrica de Pregos São Lucas e de parte da Vila Dias, uma pequena favela do Bairro. Nesse momento, o Salve Santa Tereza volta a atuar na região, com a distribuição de panfletos, criação de fanpage, a fim de informar a comunidade local dos perigos que se aproximavam e de produzir formações, denúncias e agendas de mobilização. Nesse contexto foi organizado um abaixo-assinado, entregue ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, exigindo o tombamento da Fábrica de Pregos São Lucas, e que atualmente aguarda por sua apreciação. (CARNEIRO; CASTRO, 2017).

Também em 2013, a PBH concedeu cessão de uso do Mercado Distrital de Santa Tereza para a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG). A proposta da PPP era de transformar o mercado em uma escola profissionalizante do setor automotivo, realizando a privatização do uso imóvel, sem qualquer consulta à população. Para que tal PPP se tornasse viável foi necessária a flexibilização da ADE, uma vez que as dependências da escola profissionalizante superavam em muito os parâmetros estipulados pelo instrumento, o que causou temor nos moradores diante de possíveis intervenções de infraestrutura e uso no bairro. Tal situação promoveu a reocupação popular do Mercado Distrital de Santa Tereza e a criação da frente Mercado Vivo+Verde, que, desde então, desenvolve uma agenda de atividades populares no Mercado e arredores, assembleias em espaços públicos, aulas públicas, abaixo-assinados, informativos, ocupações temporárias, reuniões com o poder público, desenvolvimento e distribuição de cartilhas informativas nas ruas e nas redes, criação de bloco carnavalesco e de marchinhas com conotação crítica face à venda dos espaços públicos da cidade. Depois de muita resistência e reivindicação, a FIEMG se viu forçada a desistir da PPP, e a PBH passou a cessão de uso do mercado para a associação de moradores do bairro, de fins não-lucrativos, com a condição de comprovação que o movimento está apto a fazer a gestão do espaço, através da formulação de um plano de viabilidade de custos (CARNEIRO; VALADÃO, 2017). Neste caso, segue o



Lutas territoriais na RMBH - Patrimônio. [INDISCIPLINAR]

VI >



Nuvem de palavras Patrimônio. [INDISCIPLINAR]

VII >

desafio da continuidade destas atividades, sem aporte estatal nem outra fonte de renda.

Outro exemplo emblemático de patrimônio insurgente é o Espaço Comum Luiz Estrela, uma ocupação cultural construída e autogestionada horizontalmente, cuja iniciativa de ocupar o prédio surgiu em 2013, no calor das Jornadas de Junho. O edifício ocupado é tombado pelo patrimônio histórico e, na ocasião, já estava abandonado há 19 anos. O edifício já havia abrigado um hospital militar e um manicômio infantil. Devido ao histórico do prédio, os integrantes do Espaço Comum Luiz Estrela optaram por trabalhar com temáticas em torno da loucura e da rua, relativas a opressões de gênero, raça e LGBT. O Espaço é um território atravessado por pautas de outras lutas da cidade, não possui filiações partidárias ou bandeiras de um movimento específico, e se configura como um campo de pluralidade que apenas os movimentos culturais vêm demonstrando capacidade de abarcar. O Estrela também conta com um importante dispositivo tecnopolítico, um bloco de carnaval, o Blocomum, através do qual é possível a simultaneidade entre o debate político, a divulgação das pautas e a festa¹². A cessão de uso dada pela PBH prevê a restauração do edifício, que estava bastante degradado quando foi ocupado. Com isso, foi incorporada às atividades culturais do grupo a restauração do prédio, e algumas intervenções já foram realizadas, como a estabilização da estrutura do edifício. Aqui o dilema se repete: como restaurar um edifício tombado, de uma maneira autogestionada e sem financiamento?

Vale citar outro exemplo de patrimônio insurgente, dessa vez associado à uma pauta feminista, a Casa de Referência da Mulher Tina Martins. Trata-se de uma articulação entre dois movimentos de projeção nacional, o MLB/MG e o Movimento de Mulheres Olga Benário¹³, que resultou na ocupação de um imóvel da união, localizado no hipercentro de Belo Horizonte, abandonado há onze anos. A partir da análise da conjuntura, tanto municipal quanto nacional, e da constatação de que não havia equipamento público suficiente, nem adequado, para dar apoio às mulheres vítimas de violência, o movimento organizou a primeira ocupação feminista da América Latina. Um processo de vanguarda que, junto à outras iniciativas, inaugura um novo ciclo do propositivismo militante. A ocupação Tina Martins resistiu por um tempo no referido imóvel até que houvesse reintegração de posse. Depois de muita negociação com o Estado, foi feita a concessão de uso e manutenção, com duração de dois anos, de um edifício tombado na Região da Savassi, uma das áreas mais valorizadas da cidade. Novamente surge o dilema: como manter um espaço autogestionado sem financiamento público?

Observa-se, portanto, como estratégia recorrente nas investidas do Estado-capital na metrópole mineira, a concessão de uso de imóveis à grupos locais ou movimentos, desde que os mesmos arquem com todos os ônus sem qualquer suporte estatal. Trata-se, pois, de uma possível manipulação e inversão das exigências por autonomia dos movimentos, convertida em transferência de responsabilidade. No caso do Mercado Santa Tereza ou do Espaço Comum Luiz Estrela, bem como também ocorre nas ocupações urbanas por moradia, pode-se observar o enorme desafio que representa a ausência do Estado, ou do financiamento público para a permanência e consolidação destes espaços.

CULTURA. As lutas articuladas em torno do patrimônio insurgente são ainda bastante recentes e pontuais em Belo Horizonte, de modo que seu apelo

discursivo sobre a patrimonialização como discurso tecnopolítico ainda é reduzido, mas bastante potente. Ainda assim, é nítida a presença do patrimônio e do tombamento nas notas, revelando a tentativa de compor uma expertise popular sobre a patrimonialização como ferramenta de luta.

No final de 2012, a PBH anunciou a instituição do Corredor Cultural da Praça da Estação, que utilizaria de recursos oriundos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) das cidades históricas para promover reformas em alguns equipamentos. No início de 2013, a Fundação Municipal de Cultura (FMC) organizou dois momentos para apresentação desse projeto à sociedade civil. Foi evidente a insatisfação dos presentes, em razão, principalmente, da falta de participação social na elaboração do projeto, e da percepção do risco iminente de gentrificação da área (SOARES *et al*, 2017).

Alinhados com o chamado de Lefebvre (2008) sobre o direito à cidade, as lutas culturais têm produzido, no tempo e no espaço, um urbano outro, como lugar lúdico, festivo, como possibilidade de surpresas, imprevistos e apropriação coletiva. Os movimentos e lutas culturais têm se manifestado principalmente como campo de ações políticas performáticas e de luta por reconhecimento identitário, produzindo junto às lutas urbanas um campo libertário de expressão.

As lutas ligadas à cultura em Belo Horizonte têm em sua origem um viés de tendência anarquista ligado ao movimento punk. As primeiras ações culturais ligadas ao atual ciclo de disputas territoriais pela cultura se deram através do Carnaval Revolução¹⁴ no início dos anos 2000. Com certo vanguardismo, as pautas presentes ali já eram, em larga medida, as mesmas que hoje estão se popularizando: feminismo, movimento negro, LGBT, direito à cidade, veganismo, mídia livre, grafite, pixação. A partir de 2007, com a presença do Domingo Nove e Meia e do movimento hip-hop com o Duelo de Mc's, o baixio do Viaduto Santa Tereza passou a ser ocupado por uma agenda cultural insurgente. Nesta última década, o baixio do viaduto se consolidou como referência para as manifestações culturais insurgentes da capital mineira, como palco das mais diversas manifestações, que se aventuraram na hibridação das ações políticas e culturais (BERQUÓ, 2015).

As manifestações que a princípio tinham caráter festivo e cultural, com o tempo foram desenvolvendo caráter político frente aos avanços territoriais do Estado-capital. Por diversas investidas, o governo municipal tentou impedir a livre apropriação dos espaços públicos da cidade e a luta por acesso à liberdade se firmou sob a forma de resistência às PPPs e aos processos gentrificadores, articulados sob o discurso do poder público pautado na importância do desenvolvimento e materializado por meio do projeto de um Corredor Cultural na região. As redes de movimentos foram se capacitando a fim de ampliar sua desenvoltura nos processos de diálogo com o poder público na disputa por infraestrutura, concessões de alvarás de uso, defesa das agendas culturais insurgentes e da permanência dos moradores de rua e vendedores ambulantes no território. Dentre esses processos se destaca a criação do Conselho Consultivo da Zona Cultural da Praça da Estação¹⁵, composto por representantes indicados pela prefeitura e eleitos pela sociedade civil.

Contra a implementação do Corredor Cultural, os movimentos começaram a afirmar: “O Corredor Cultural já existe!”. Com esse mote, movimentos sociais e outros coletivos passaram a organizar atos para demonstrar que a vida e a



Lutas territoriais na RMBH - Cultura. [INDISCIPLINAR]

< VIII



Nuvem de palavras Cultura. [INDISCIPLINAR]

< IX

17

Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=IQ_61bPbdX4&>
Acesso em: nov. 2017.

cultura já estavam presentes na região, aglutinando, assim, movimentos culturais distintos (SOARES et al., 2017).

Em meados de 2013, no calor dos protestos das Jornadas de Junho, foi criado no Google Maps por alunas da disciplina UNI009, o mapa “O Corredor Cultural já existe”, com o propósito de cartografar os diversos movimentos, em grande parte informais, que compunham o já pulsante cenário cultural local (BERQUÓ, 2015). Organizou-se também, no baixo do Viaduto Santa Tereza, uma ocupação festiva denominada A Ocupação, para dar visibilidade aos atores e movimentos do local e demonstrar a insatisfação em relação ao projeto do Corredor Cultural apresentado pela Prefeitura.

Talvez a tática tecnopolítica mais importante dos movimentos culturais consista na hibridação da cultura com as demais lutas territoriais, como é o caso das mobilizações de carnaval com marchinhas dialogando com os diversos temas políticos; da vinculação dos movimentos pela cultura com as agendas das demais lutas urbanas; da promoção de shows nas ocupações por moradia. Tudo isso tem sido uma estratégia tecnopolítica efetiva para fazer circular em outros meios sociais as pautas específicas das lutas. Esse processo de hibridação das lutas culturais logrou trocas entre as distintas tipologias de lutas, de modo que ocupações culturais e identitárias encontraram nos movimentos por habitação as tecnopolíticas necessárias para conformar ocupações permanentes, como é o caso do Espaço Comum Luiz Estrela, que criou o Blocomum, e dos movimentos ambientais Fica Ficus e Parque Já, que também lançaram mão diversas vezes dos blocos de Carnaval para realização de seus atos. No caso do Parque Já,

Em geral, as narrativas de luta no campo da cultura estruturaram-se em torno da noção de autogestão dos espaços livres e públicos, produção de comuns urbanos e direito à cidade. A noção de liberdade, de ausência de controle e de horizontalidade reforçam o caráter anarquista e/ou autonomista. Também há uma constante na construção das pautas antagonizando com projetos urbanos da prefeitura na região central da cidade atualmente denominada zona cultural e, principalmente, contra a concessão dos baixos do Viaduto para ONGs e iniciativa privada, como é o caso da luta por um Viaduto Santa Tereza público, que fez surgir o movimento híbrido Viaduto Ocupado¹⁷.

MOBILIDADE. As lutas por mobilidade urbana em Belo Horizonte se articulam em dois eixos: cicloativismo e luta por transporte coletivo de qualidade a preços acessíveis. As primeiras são de caráter plural e propositivo, se articulam em diversos movimentos com agendas diversificadas, se efetivam em ações pontuais, mobilizam grande contingente em manifestações performáticas, tem como foco a inserção de novos ciclistas ao modal, como o Bloco da Bicicletinha¹⁸, que durante o carnaval pedala pela a cidade em uma festa sobre rodas. Há os projetos e grupos como o Bicimanas¹⁹, que visam fortalecer as mulheres que pedalam, e o Bike Anjo, que ensina pessoas a pedalarem. E ainda projetos de médio e longo prazo, que almejam a inserção das pautas do movimento na agenda do planejamento urbano, a fim de que suas reivindicações resultem na implementação de infraestrutura urbana que viabilize o uso da bicicleta, como é o caso do BH em Ciclo, ONG que teve início em 2012 a partir da necessidade da sociedade cicloativista se organizar frente ao urbanismo neoliberal. A ONG elabora projetos urbanísticos e planos cicloviários para a implementação de ciclovias e ciclofaixas a serem inseridas nos planos de

18

Disponível em:
<facebook.com/blocobicicletinha>.
Acesso em: nov. 2017.

19

O grupo teve início em 2015 entre amigas que pedalavam juntas e que observaram o potencial emancipador do ato. Hoje o grupo tem mais de 500 manas em Belo Horizonte.



Lutas territoriais na RMBH - Mobilidade. [INDISCIPLINAR]

< X



Nuvem de palavras Mobilidade. [INDISCIPLINAR]

< XI

mobilidade da prefeitura, um trabalho insurgente de grande impacto na cidade e na vida cotidiana.

Em Belo Horizonte as lutas por transporte coletivo são empreendidas principalmente pelo Tarifa Zero ²⁰ entretanto suas ações são bastante diversificadas, de trabalhos mais críticos-reivindicativos, que visam a redução dos preços das passagens através de ações midiáticas nas redes sociais, ações diretas e manifestações, até projetos de lei ²¹ para a mobilidade municipal.

Como componente estratégico de longo e médio prazo, uma rede articulada entre BH em Ciclo, Tarifa Zero, Bike Anjo e Pedala BH, fez um projeto de incisão nas pautas de campanhas durante as eleições municipais, a partir de um pré-programa de governo da sociedade civil para a mobilidade urbana, que através de eixos temáticos abrange todo o plano de mobilidade.

Como a maioria dos movimentos de lutas por mobilidade urbana são cicloativistas, o léxico tende a evidenciar as bicicletas, é interessante observar que os temas cicloativistas são positivos, eles não apresentam antagonismos nas nuvens de palavras. Já nos termos específicos das lutas por transportes coletivos, pode-se observar “catracas” e “tarifa” como expoentes dos antagonismos das lutas.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Diante do panorama das lutas em Belo Horizonte apresentado nesse texto, vale aqui uma sistematização das estratégias utilizadas. Para tal, recorreremos a algumas caracterizações elencadas no texto anterior desta publicação.

A respeito da forma de organização dos movimentos descritos, é possível afirmar que, em Belo Horizonte, os movimentos de luta pela moradia são os únicos que se estruturam de maneira mais arborescente que rizomática. Entretanto, apesar de possuírem uma hierarquia verticalizada, buscam promover uma gestão participativa. Por outro lado, os movimentos ligados às pautas ambientais, patrimoniais, culturais e por mobilidade se articulam, na maior parte das vezes, de maneira rizomática e horizontal. Apesar de não haver lideranças fortes e fixas, há grupos de pessoas mais atuantes, com uma ação continuada ao longo dos processos de resistência.

O mesmo pode ser dito no que se refere aos objetivos principais das lutas territoriais. Os movimentos de luta pela moradia pretendem uma revolução urbana, na qual a luta de classes é sua principal força motriz. Tal fato pode ser explicado pela sua formação, tendo em vista que seus integrantes são pessoas pobres, sem casa. Os demais movimentos se organizam através de pautas que reivindicam direitos e acessos, sejam eles ambientais, culturais ou por mobilidade. Sua configuração é, na maior parte das vezes, feita por ativistas de classe média, com interesses e motivações multiculturais.

Os movimentos atuais, até as eleições municipais de 2016, se mantinham razoavelmente independentes dos grandes partidos políticos, apesar de, em vários momentos, receberem apoio formal ou informal de alguns vereadores ou deputados estaduais, identificáveis em situações muito específicas, como, por exemplo, sob risco de despejo em ocupações ou nas vésperas de eleições.

Quanto à temporalidade de cada movimento, percebe-se que a pauta da

moradia digna e adequada tem uma duração longa e contínua, e sua reivindicação é, muitas vezes, por mudanças estruturais da sociedade. Já os outros movimentos possuem uma conformação intermitente, que afloram em enxame durante momentos críticos ou festivos.

Entretanto, é possível identificar estratégias semelhantes em todos os movimentos, na atuação tecnopolítica, ou seja, no que se refere ao uso intenso das redes sociais e de atos festivos, contando com a presença evidente da classe criativa e de universitários e de uma busca estético-política utilizando estratégias de comunicação mais afetivas e efetivas ativando e mobilização subjetivadas dos insurgentes. ✓

BERQUÓ, P. B.
A Ocupação e a Produção de Espaços Biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências.
Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BRAGANÇA, L.; LOPES, M. S. B.
Parque das Ocupações: Convivência e Preservação Mútua entre a ocupação urbana e a área ambiental de preservação permanente.
In: Actas XX Congreso Arquisur 2016 Hábitat Sustentable. Concepción. 2016. p. 672-683 Disponível em: <app.box.com/s/mr1kya4rzjtna1b4chk6s20jnvwt4zvv>. Acesso em: out. 2017.

CARNEIRO, K; CASTRO, B.
Operações que simplificam: o caso das torres de Santa Tereza.
Indebate. Disponível em: <indebate.indisciplinar.com/2017/05/08/operacoes-que-simplificam-o-caso-das-torres-de-santa-tereza>. Acesso em: out. 2017.

CARNEIRO, K; VALADÃO, J.
A copesquisa como método: o estudo de caso de um trabalho final de graduação (tfg) sobre o movimento Salve Santa Tereza.
Belo Horizonte: Revista INDISCIPLINAR, n. 3, v. 2, 2016. p. 124-144. Disponível em: <editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/RevistaIndisciplinar3FinalAlta.pdf>. Acesso em: nov. 2017.

CASTRIOTA, L.; BRAGA, G.
Patrimônio insurgente: estetização e resistência cultural no Brasil do início do século XXI.
Congreso Internacional Contested_Cities, Eje 5: Alternativas Urbanas. 2016. Disponível em: <contested-cities.net/working-papers/2016/patrimonio-insurgente-estetizacao-e-resistencia-cultural-no-brasil-do-inicio-do-seculo-xxi> Acesso em: jun. 2017.

FERRO, S.
A produção da casa no Brasil, 1969.
In: ARANTES, P. F. (org.). Sérgio Ferro: Arquitetura e Trabalho Livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

GOHN, M. G.
Los movimientos sociales brasileños de la última década.
In: ALMEIDA, P; et al. Movimientos sociales en America Latina: perspectivas, tendencias y casos. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p. 619-638. Disponível em: <biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20170721051921/Movimientos_sociales.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

LEFEBVRE, H.
O direito à cidade.
5.ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LIBÂNIO, C.; MORADO NASCIMENTO D.
Ocupações urbanas na região metropolitana de Belo Horizonte.
Belo Horizonte: Favela É Isso Aí, 2016.

OLIVEIRA, F.
O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil.
Novos Estudos n.74, março, p.67-85. 2006. Disponível em: <scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf> Acesso em: mar. 2016.

RENA, N. S. A.; MAIA, M; MENDES, O.
Natureza Urbana e Tecnopolíticas Indisciplinares.
Disponível em: blog.indisciplinar.com/artigos. Acesso em: out. 2017.

SCHERER-WARREN, I.
Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?
In: Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008. Disponível em: <scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/07.pdf>. Acesso em: set. 2017.

SOARES F. B. F.; CHAVES, M. P.; NEVES, B.; RENA, N.
Zona Cultural Praça da Estação, Belo Horizonte: conflitos entre estratégias de gentrificação do Estado-capital e táticas anti-gentrificação de movimentos sociais.
VIRUS, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <nomads.usp.br/virus/virus14/secs/submitted/virus_14_submitted_12_pt.pdf>. Acesso em: out. 2017.